

## DÍVIDA EXTERNA

# Marcílio faz apelos aos congressistas

BEATRIZ ABREU e

ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA- No melhor estilo soft, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, fez ontem três apelos aos senadores, abordando questões polêmicas entre os congressistas. Pediu a aprovação, o mais rápido possível, de uma "moderna legislação" para a informática e para questões de propriedade intelectual, do acordo de pagamento dos juros atrasados com os bancos credores e do crédito adicional de Cr\$ 300 bilhões à agricultura. Esta foi a primeira vez que o ministro foi ao Congresso após sua posse, há um mês. No dia 27 retornará para um pronunciamento na Câmara dos Deputados, demonstrando sua total disponibilidade à classe política. "Estes contatos significam a democracia em plena operação", disse o ministro.

No seu discurso de meia hora, o ministro revelou dados que são guardadas sob sigilo pelo Banco Central: o nível das reservas cambiais cresceu US\$ 1 bilhão nas últimas três semanas e no período de novembro do ano passado a maio deste ano houve um ingresso de capital estrangeiro da ordem de US\$ 3 bilhões. Ele satisfaz a curiosidade do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) revelando que o teto mínimo das reservas cambiais para o pagamento da dívida externa é de US\$ 6,8 bilhões, correspondentes a quatro meses da receita média obtida com as importações brasileiras.

O ministro Marcílio fez uma análise detalhada dos problemas da economia brasileira. Falou do descongelamento de preços — "de maneira gradual, ordeira e não atropelada" — do "pequeno repique" da inflação em junho e da manutenção da atual política monetária e fiscal, como forma de garantir resultados à política de combate à inflação. Por duas vezes recorreu aos ensinamentos de San Thiago Dantas, para reforçar a necessidade de vincular a política de contenção inflacionária a um projeto de reorganização nacional e para justificar a reinserção do Brasil na economia mundial.

O objetivo da exposição de Marcílio aos senadores foi a negociação da dívida externa. O ministro não poupou argumentos na defesa da aprovação do acordo de pagamento dos juros atrasados, ainda pendente de decisão no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos. "Este acordo servirá como uma espécie de porta aberta às negociações", disse se referindo ao prosseguimento dos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e bancos credores para discutir o reescalonamento do débito de médio e longo prazos. "Não é possível olhar só para o passado. O que é importante é virar esta página e começar a escrever a página do crédito futuro", insistiu.